PARTE A

GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Despacho n.º 13026/2013

Nos termos conjugados do artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, do artigo n.º 12.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho e do artigo 20.º, n.º 1, da Lei n.º 30/2008, de 10 de julho, exonero, a seu pedido, das funções de adjunto do meu Gabinete, o Doutor António Ulisses Cortês a partir do dia 01 de outubro de 2013.

30 de setembro de 2013. — O Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, *Ireneu Cabral Barreto*.

207290432

PARTE B

PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Despacho n.º 13027/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Ana Lúcia Guerreiro Pereira dos Reis Santos, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

26 de setembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

Nota curricular

Ana Lúcia Guerreiro Pereira dos Reis Santos — natural de Alcochete (25.04.1975).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em julho de 1998.

Concluiu com aproveitamento estágio de advocacia na Ordem dos Advogados em julho de 2000, com especial incidência nas áreas de Direito Civil, Direito Comercial e Direito Penal;

Adquiriu o nível B1.2 de alemão no Goethe-Institut (fevereiro de 2005).

Desde 1 de agosto de 2000 exerce funções, em regime de comissão de serviço, como assessora do Provedor de Justiça na área dos assuntos económicos e financeiros, fiscalidade, fundos europeus e nacionais, responsabilidade civil, contratação pública e direitos dos consumidores.

Entre outubro de 1998 e julho de 2000 desempenhou funções como monitora da disciplina de Direito Processual Civil I na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Formação mais relevante: Cursos sobre Responsabilidade Civil Extracontratual dos Poderes Públicos, Direito das Contraordenações, Política Agrícola Comum, Cláusulas Contratuais Gerais; Direito Bancário e Direito dos Valores Mobiliários.

207294012

Despacho n.º 13028/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Elsa Maria Henriques Dias no cargo de Coordenadora da Provedoria de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

26 de setembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa.*

Nota curricular

Elsa Maria Henriques Dias — natural de Alverca do Ribatejo (10.03.1966).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1988).

Pós-graduações em Estudos Europeus, pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e em Gestão Fiscal das Organizações, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

"Certificate of Proficiency in English", da Universidade de Cambridge, pelo Instituto Britânico em Portugal.

Curso de Língua e Cultura Italiana pelo "Istituto Italiano di Cultura in Portogallo"

Exerceu funções de apoio jurídico ao Gabinete do Diretor de Finanças de Lisboa, entre 1989 e 1992 e foi advogada do Gabinete Jurídico e de Contencioso da CP — Comboios de Portugal, E. P. E. entre 1992 e 1993.

Desde 1993 que se encontra em comissão de serviço na Provedoria de Justiça, onde começou por exercer funções de Assessora na área dos assuntos económicos e financeiros, fiscalidade, fundos europeus e nacionais, responsabilidade civil, contratação pública e direitos dos consumidores, tendo sido nomeada Coordenadora dessa mesma área entre 1998 e 2000, cargo que retomou em 2005 e que atualmente exerce.

Entre 2000 e 2005, enquanto assessora jurídica especializada do Gabinete do Provedor de Justiça, continuou a assegurar a instrução de processos na área supra mencionada e exerceu, adicionalmente, funções de Assessora na Extensão da Provedoria de Justiça na Região Autónoma da Madeira, tendo ainda coordenado as Linhas Verdes "Recados da Criança" e "Cidadão Idoso".

207293535

Despacho n.º 13029/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, renovo a comissão de serviço do licenciado em Direito António Manuel Duarte Magalhães, para o cargo de Assessor do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

26 de setembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

ANEXO

Nota curricular

António Manuel Duarte Magalhães — natural de Abraveses, Viseu (22.02.1967).

Habilitações académicas e profissionais:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1991);

Advogado (exercício da atividade suspenso por iniciativa do próprio);

First Certificate in English, pela University of Cambridge.

Experiência profissional:

De março de 2008 até à data, Assessor do Provedor de Justiça, em regime de comissão de serviço, na área dos assuntos económicos e financeiros, fiscalidade, fundos europeus e nacionais, responsabilidade civil, contratação pública e direitos dos consumidores.